A RELATIVIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E O INÍCIO DE CUMPRIMENTO DE SENTEÇA APÓS CONDENAÇÃO EM SEGUNDO GRAU

Autor(res)

Danilo De Oliveira Silva

Categoria do Trabalho

TCC

Instituição

ANHANGUERA - ITAPEVA

Resumo

A partir do questionamento sobre se a presunção de inocência como um princípio constitucional norteador do processo penal, pode ser relativizada após a condenação em segundo grau. Diante do tema, se faz necessário a análise da origem do princípio da presunção de inocência e o tratamento que lhe é dado dentro da Constituição e durante o processo penal. Conhecer os principais pontos apontados pela suprema corte é compreender também como este princípio se desdobra no poder judiciário. Para responder essas questões foi utilizada a revisão literária dos principais doutrinadores em matéria constitucional e matéria penal do Brasil, bem como uma breve análise dos principais argumentos dos ministros da suprema corte. Posteriormente, é possível concluir que a presunção de inocência pode ser ora absoluta e ora relativizada, e que para concluir seu ideal de justiça compreende-se que essa relativização faz se necessária